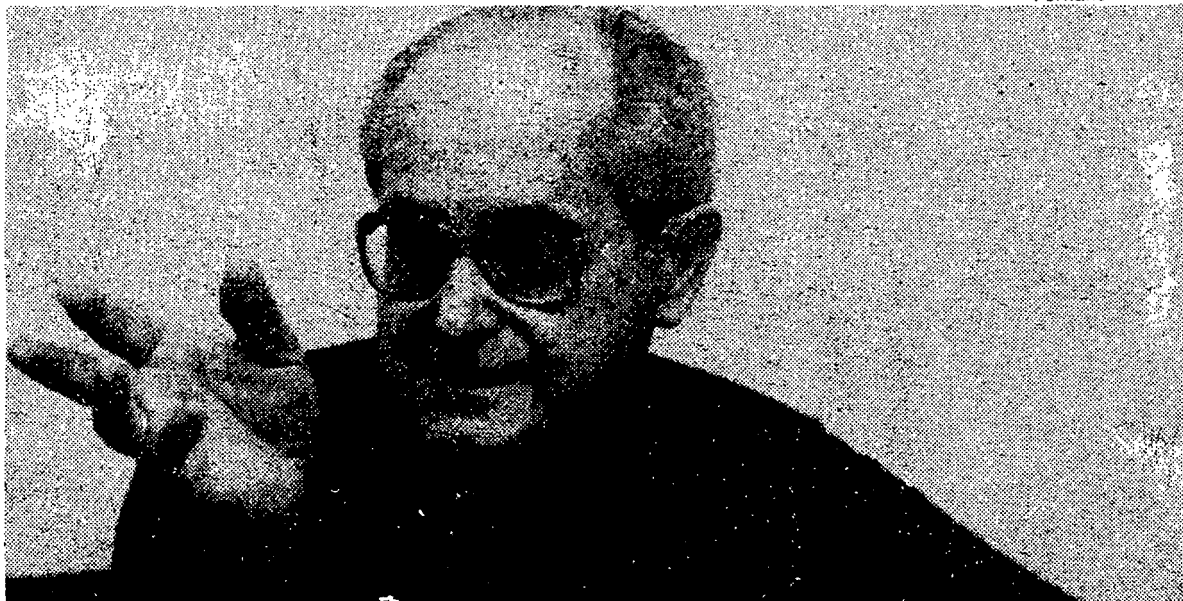


Aconteceu

BISPO DE CAXIAS É AMEAÇADO DE MORTE

O Bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, denunciou que vem recebendo ameaças de morte pelo telefone. Ele responsabiliza o diretor do Departamento de Polícia da Baixada Fluminense, que defende abertamente os grupos de extermínio. Um esquema de segurança vai proteger D. Mauro durante o 7º Encontro Intereclesial de Comunidades de Base, que está se realizando em Caxias. Mais informações sobre as ameaças a D. Mauro e sobre o 7º Encontro veja na última página.

Fernando Lemos



D. Mauro disse que os grupos de extermínio não vêem os menores humanos como seres

Diretório do PT confirma Bisol para vice de Lula

Pág. 3

**SC e BA mostram
viabilidade de
reforma agrária**

Pág. 15

**Sarney leva
"Comitiva de Alegria"
para a França**

Pág. 4

Menem pede união para reconstruir Argentina

Cinco meses antes do prazo previsto pela Constituição e 22 minutos depois da hora marcada pelo cerimonial, Carlos Saul Menem tomou posse dia 8 como o 46º presidente da Argentina. Às 11h22 da manhã, diante dos membros do Congresso Nacional e representantes da comunidade internacional, Menem jurou "por Deus Nosso Senhor e pelos Santos Evangelhos, desempenhar com lealdade e patriotismo o cargo de presidente". Em seu discurso de posse, Menem conclamou os argentinos à união nacional para reconstruir o país. "Sobre este país quebrado levantaremos uma pátria nova", disse Menem. Depois de jurar no Congresso, o novo presidente dirigiu-se à Casa Rosada em carro aber-

to, ao lado da primeira dama, Zulema Yoma, onde recebeu a faixa e o cetro presidencial das mãos de Raúl Alfonsín.

A cerimônia de posse foi assistida por delegações de 70 países e contou com a presença de seis presidentes latino-americanos, entre eles José Sarney, do Brasil. À sua frente ficou a primeira dama, Zulema Yoma de Menem.

Nos camarotes das galerias, acompanhavam a cerimônia personalidades importantes da política internacional e uma inusitada quantidade de candidatos a presidente de países latino-americanos. Patricio Alwyn, do Chile, Alberto Zumarán, do Uruguai, Sanchez de Lozada, da Bolívia, e Leonel Brizola, do PDT. (JB, 9/7/89)

Inflação argentina bate recorde com 114%

O governo argentino anunciou dia 6 o índice oficial da inflação no mês de junho: 114%, a mais alta taxa da história do país. Por enquanto ninguém se atreve a fazer projeções sobre o comportamento inflacionário nos próximos meses, já que logo após sua posse, no sábado, dia 8, o presidente eleito Carlos Menem deve anunciar um pacote de medidas ditando as novas regras da economia.

A expectativa em torno das mudanças econômicas levou o governo a racionar a venda de combustíveis, para evitar o desabastecimento provocado pela corrida aos postos, em decorrência da previsão de um aumento de 500% no preço da gasolina. Nos últimos dias o abastecimento foi afetado pela decisão das destilarias de não entregar o produto e por uma gre-

ve dos motoristas que transportam combustível.

Desde o dia 6, cada carro só pode receber 20 litros de combustível - exceção aos ônibus, ambulâncias e veículos das Forças Armadas e de segurança -, mas como não foram distribuídos cupões de racionamento, as autoridades não têm como impedir que um mesmo veículo seja abastecido mais de uma vez. Há muitos postos fechados e os abertos funcionam com filas quilométricas.

Em Rosário, a 350 km ao norte da capital Buenos Aires, a polícia prendeu cerca de 700 pessoas, em ações preventivas para evitar novos saques a supermercados. A maioria dos detidos já foi solta, mas a polícia continua realizando operações de controle em várias zonas da cidade. (JB, 7/7/89)

Gorbachev quer reduzir armas nucleares soviéticas

Ao discursar dia 6 na assembléia parlamentar do Conselho da Europa, o presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, propôs reduzir unilateralmente as armas nucleares soviéticas, mas impôs uma condição: a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) aceitar negociações para eliminar da Europa os mísseis nucleares de curto alcance.

A Otan, numa reação imediata, rejeitou a oferta, destacando que a aliança militar ocidental não modificou a resolução tomada em maio, quando decidiu negociar apenas uma diminuição parcial dos mísseis de curto alcance e mesmo assim após o começo da redução dos armamentos convencionais, tema para o qual já existe acordo. (JB, 07/07/89)

Aconteceu 507
11 a 17 de julho de 1989
CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos

Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Ligia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Katia Simões
Paulo R. Garcia

Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro

Xico Teixeira

Aconteceu é uma publicação semanal do CEDI. É uma resenha das notícias da semana extraída dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta também com a participação efetiva dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Campesinês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário e Assessoria à Pastoral Protestante. As colaborações devem ser encaminhadas à redação: Rua Cosme Velho, 98/Fundos, CEP. 22241 - Rio de Janeiro.

Assinatura anual: NCz\$5,00

Assinatura de apoio: NCz\$10,00

Com Bisol PT conquista votos do PMDB e PSDB

Antes mesmo da homologação do nome do senador José Paulo Bisol (PSDB-RS), no fim de semana, como candidato a vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva pela Frente Brasil Popular (PT, PV, PC do B e PSB), o PT começou a computar dia 6 as primeiras adesões de grupos ligados ao que o partido chama de forças progressistas identificadas com o perfil da candidatura Lula-Bisol. O maior número delas deverá vir de políticos do PMDB descontentes com o rumo da campanha de Ulysses Guimarães e PSDB - partido que o senador trocará pelo PSB - , preocupados com os compromissos assumidos pelo candidato Mário Covas com o centro

Essa projeção sobre novas adesões à candidatura de Lula começou a ser feita pelo comitê de campanha do candidato no mesmo dia em que o nome de José Paulo Bisol foi indicado na semana passada pela coligação, com exceção do PV, que prefere Fernando Gabeira no cargo. Além do deputado federal Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) - várias vezes visto em palanques ao lado de Lu-

la -, mais dois deputados demonstraram interesse em se engajar na campanha: Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), ligado ao governador Miguel Arraes (PE), e Antero de Barros (PMDB-MT).

O presidente nacional do PT, deputado Luiz Gushiken, reconhece que a demora de definição do perfil da candidatura prejudicou os contatos do PT com outros partidos políticos. "Vários secretários do governador Arraes e políticos ligados ao presidente do PMDB, Jarbas Vasconcelos, já se pronunciaram favoráveis a nossa candidatura", comemora Gushiken, apostando na erosão dos demais partidos. "A medida que o programa de governo da frente ficará claro, a lista de adesão aumentará", aposta o coordenador nacional da campanha de Lula, Wladimir Pomar.

Apesar do firme propósito do candidato do PCB, Roberto Freire, de levar sua candidatura até o fim, o PT não desiste de contar com políticos ligados ao partido na campanha de Lula. Já contam com boa parte da ala do PCB ligada ao movimento sindical, co-

mo, por exemplo, o apoio declarado do sindicalista Ricardo Zarattini. O único vereador do PSDB, Egon Willens, do município de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba, filiou-se ao PC do B e passou a acompanhar Lula em sua caminhada pelo Estado.

Nas próximas semanas, o PT pretende lançar um conselho de personalidades públicas. Entre os nomes cogitados estão o de d. Mauro Morelli, frei Leonardo Boff, os juristas Dalmo Dallari e Raymundo Faoro, o cientista Rogério Cerqueira Leite e Jair Menequelli, entre outros.

O desempenho do candidato Luiz Inácio Lula da Silva começou a ser testado nas últimas semanas por uma pesquisa encomendada pelo PT à pesquisadora Raquel Moreno. Com o auxílio de um grupo de voluntários, ela encaminhou os primeiros resultados ao comitê eleitoral: Lula permanece no terceiro lugar, oscilando entre 8 e 10% na preferência do eleitorado. (O Estado de São Paulo, 7/7/89)

Uma caminhada do centro para a esquerda

O senador José Paulo Bisol, indicado pela Frente Brasil Popular candidato a vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), concorreu pela primeira vez a um cargo público em 1982, elegendendo-se deputado estadual pelo PMDB. Quatro anos mais tarde, chegou ao Senado com 1,2 milhão de votos. Desgostoso com os rumos da Nova República, pulou para o PSDB e,

agora, vai se filiar ao PSB para compor a chapa da Frente.

Quem frequentou assiduamente os trabalhos da Constituinte e se considera um bom observador não ficou surpreso com a indicação do nome do senador. Durante quase dois anos, Bisol ocupou um único lugar no plenário: sempre ao lado do deputado Florestan Fernandes (PT). A identidade

política, ética e intelectual que unia os dois parlamentares era tão forte que nem mesmo seus colegas de partido conseguiam interromper suas longas conversas. Na semana passada, o próprio Florestan foi o emissário do PT para levar o convite ao senador gaúcho, que é bacharel em Direito, jornalista e poeta. (O Estado de São Paulo, 7/7/89)

Magalhães aceita ser vice de Mário Covas

O ex-Governador de Pernambuco Roberto Magalhães aceitou dia 6 no Rio, o convite do PSDB para ser candidato à Vice-Presidência na chapa do Senado Mário Covas. Magalhães, que assinou dia 6 mesmo a ficha de filiação ao partido, modificou sua posição durante um almoço, na casa do Senador "tucano" Afonso Arinos, com 11 integrantes da Executiva nacional do PSDB. A preocupação do ex-Governador era a de não ser o responsável por um conflito interno na legenda, devido à resistência do Diretório de Pernambuco à escolha de seu nome. Magalhães delegou aos membros da Executiva decisão do seu ingresso. Diante da indicação unânime, disse es-

tar prestando um "serviço à Nação".

-Se eu hoje dissesse não ao PSDB, estaria dizendo não ao Brasil - reperiu o ex-Governador ao Senador Mário Covas, que, de São Paulo, telefonara para saudá-lo.

Roberto Magalhães relacionou a responsabilidade da tarefa, a proposta social-democrata e parlamentaristas do PSDB e a convocação das lideranças do partido como as três razões que o fizeram mudar de idéia. Acompanhando o ex-Governador, o Deputado Federal José Mendonça (PFL-PE) deu mostras de como a candidatura do PSDB deverá crescer no Nordeste. Anunciou que, como ele, o Pre-

feito de Recife, Joaquim Francisco, e os Deputados federais Ricardo Fiúza, Paulo Marques e José Tinoco vão se integrar à campanha de Mário Covas. A expectativa dos coordenadores "tucanos" é de que os Governadores peemedebistas do Ceará, Tasso Jereissati, e do Rio Grande do Norte, Geraldo Mello, sigam o mesmo caminho.

O primeiro encontro de correligionários entre Magalhães e Covas foi em Belo Horizonte, onde se realizou a Convenção nacional do PSDB. Já está marcada também uma grande festa em Recife, no dia 14, quando a chapa do partido será apresentada oficialmente ao Nordeste. (O Globo, 07/07/89)

Acompanhantes de Sarney vão receber US\$ 1,2 mil

A Presidência da República vai dar US\$ 6 mil (NCz\$20,4 mil, no câmbio paralelo) aos cinco membros da comitiva oficial que acompanhará o presidente José Sarney na viagem a Paris, para a festa do bicentenário da Revolução Francesa. Cada uma vai receber US\$ 1,2 mil, embora todas as suas despesas estejam a cargo do governo francês. O Palácio do Planalto não explicou o motivo do pagamento das "diárias".

Além dos cinco membros da comitiva oficial, foi preparada pe-

lo Palácio do Planalto uma relação de "convidados", que viajarão com despesas pagas pelo governo brasileiro. Muitos deles não fazem parte da comitiva oficial porque o número foi limitado em cinco pelo governo francês, que está oferecendo as acomodações para as diversas comitivas. Outros destes convidados são frequentes nas viagens presidenciais, mesmo sem fazer parte das comitivas.

A lista de convidados é guardada a sete chaves pelo Gabinete Militar da Presidência. A **Folha**

apurou que, entre eles, estão Adolfo Bloch (da Rede Manchete de Televisão) e sua mulher, Ana; Paloma Amado, filha do escritor Jorge Amado e funcionária da Presidência da República; Augusto Marzagão, assessor do presidente que está no México e volta especialmente para a viagem; Virgílio Costa, que cuida das memórias do presidente; e Joaquim Campelo, que revisa os discursos de Sarney (não há informação de que Sarney vá fazer qualquer discurso). (Folha de São Paulo, 7/7/89)

Regina Gordilho descobre mais falcatruas

Quanto mais tempo passa, mais irregularidades são descobertas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Dia 5, a Mesa Diretora se reuniu e enviou ao Departamento de Pessoal uma lista de 140 funcionários que têm enquadramento irregular, ou seja, são de nível médio ou elementar e recebem como se fossem de nível superior. Muitos são parentes de parlamentares. "Esses desvios serão corrigidos o mais rápido possível", pro-

meteu a presidente, Regina Gordilho (PDT).

Ronald Ribeiro de Sousa, irmão do ex-presidente da Câmara, Roberto Ribeiro (PDT), está nessa situação irregular, lotado no gabinete do vereador Maurício Azêdo (PDT).

Na reunião da Mesa Diretora - formada pelos vereadores Regina Gordilho (PDT), Carlos Alberto Torres (PDT), Neuza Amaral

(PL), Chico Alencar (PT) e Sami Jorge (PDT) -, também se comentou a conta de telefone que o vereador Sidnei Domingues (PFL) não pagou: NCz\$11.936. Nesse primeiro semestre, foram realizadas 199 sessões na Câmara. A média de presença foi de 30 a 40 vereadores por sessão, enquanto no ano passado foi de 10 a 12 (esse ano são 42 vereadores; no ano passado, eram 33). (JB, 6/7/89)

Deputados da Paraíba ganham NCz\$ 16.649

Os 36 deputados estaduais da Paraíba resolveram reduzir os aumentos que haviam aprovado para seus próprios salários, de 68% para 30%. Em vez dos NCz\$22.407 que receberiam já nos contracheques de junho, mais um adicional de NCz\$5.661 a título de "ajuda e de transporte e comuni-

cação", agora receberão um total de NCz\$16.649,70 - ainda assim, um salário de deputado estadual só inferior aos pagos no Acre (NCz\$19.857).

A redução, segundo o presidente da Assembléia Legislativa, João Fernandes da Silva, deveu-se

à "pressão popular". O próprio Fernandes, cujo contracheque foi divulgado pelo governador Tarcísio Burty, ganharia um total de NCz\$25.426 (ele tem direito a um adicional pelo exercício da presidência), sem contar a "ajuda de transporte". (JB, 6/7/89)

Campanha em BH pede voto aos adolescentes

Uma campanha para o alistamento eleitoral de jovens de 16 a 18 anos foi lançada pelo prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga (PSDB). Coordenada por comissão que inclui também PDT, PCB, PT, PC do B e PL, a campanha pretende levar pelo menos a metade dos 700 mil adolescentes mineiros (cálculos do TRE) a votar na eleição presidencial.

"Para que a democracia seja uma conquista definitiva, é preci-

so que a juventude tenha interesse em participar" - disse Pimenta da Veiga. Ele está preocupado: apenas 40 mil desses jovens se alistaram até agora, a um mês do final do prazo. "Democracia é massa! Não fique fora dessa" - dizem em linguagem jovem os folhetos e cartazes com fotos de adolescentes. Serão colocados nos transportes urbanos, vitrines de lojas e locais de maior concentração da população.

As administrações regionais da prefeitura darão apoio à campanha, que será levada também ao interior. O prefeito Pimenta da Veiga disse que a tentativa de motivar os jovens a se alistar é ação institucional e não partidária. "Os partidos acreditam que os jovens não estão se alistando por falta de informação. Nossa função é facilitar esse cadastramento eleitoral. Os partidos, depois, disputarão esses votos" - explicou Pimenta. (JB, 6/7/89)

Exército detém e interroga agentes do Cimi

Dois advogados e dois jornalistas do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) que assessoravam e documentavam assembléias indígenas no alto Rio Negro (AM), foram detidos no dia 27 de junho pelo comandante do primeiro Batalhão Especial de Fronteira (BEF), tenente Schrwedwe, na área indígena Iauarete, próxima da fronteira do Brasil com a Colômbia. Apesar dos protestos dos índios, os quatro foram levados para o quartel do 1º BEF para interrogação.

Em seguida, escoltados por oito soldados fortemente armados, foram levados de barco para o município de São Gabriel da Cachoeira (AM), onde chegaram quinta-feira Dia 6 à tarde. Condu-

zidos ao quartel do 5º BEF, foram novamente submetidos a interrogatório e tiveram apreendidos pelo tenente-coronel Romeu Dias Torres, a documentação que levavam, inclusive filmes, fitas de vídeo e K-7, mapas e cadernos de anotação, depois foram liberados.

No último dia 30, prestaram depoimento na delegacia de polícia de São Gabriel. O jornalista Julio Azcarate, de nacionalidade espanhola, entretanto, está proibido de deixar a cidade. Seus documentos foram apreendidos e ele corre o risco de ser expulso do país. Os advogados são Felisberto Damasceno e Judithe Badja Garcez Moreira. José Honório Garcia é o segundo jornalista.

Os advogados e os jornalistas do Cimi estavam na área indígena a convite da Acitrut (Associação das Comunidades do Distrito de Taracua, Rio Uaupes e Tiquie) e Unidi (União das nações indígenas do Distrito de Iauarete), que de 20 a 22 e de 28 a 30 deste mês realizaram suas respectivas assembléias, onde tratam inclusive sobre o projeto Calha Norte. Para o Cimi, a conduta dos militares tem um caráter de intimidação aos próprios índios da região e se constitui em abuso de poder. Além de os advogados e jornalistas se encontrarem na área exercendo sua profissão, apenas os índios têm autoridade para determinar quem deve ou não permanecer em suas terras. (Cimi, 30/06/89)

Polícia Federal investiga morte de cacique

A pedido da Procuradoria da República do Rio Grande do Sul, a Polícia Federal vai investigar o assassinato do cacique caingangue Dirceu Camilo, da reserva indígena de Nonoai, morto com dois tiros na cabeça depois de ter ajudado uma equipe da Funai no trabalho de demarcação da reserva. A reserva já perdeu 20 mil hectares e tem muitos invasores na sua atual área de 12 mil hectares.

O crime ocorreu em março, e o cacique foi enterrado sem realização de autópsia, feita 45 dias depois por ordem do delegado de Polícia de São Valentim, José Gonçalves. Descobriu-se então

que o cacique tinha duas balas no corpo que não foram retiradas antes do sepultamento. O crime revoltou os indígenas e provocou grande tensão na área desde aquela época. Os caingangue passaram a evitar andar sozinhos e a se recolher cedo à reserva.

A reserva, localizada nos municípios de Nonoai e São Valentim (a 381 quilômetros de Porto Alegre), era a maior das sete ainda existentes no estado. Mas, durante os últimos 30 anos, por uma série de irregularidades e pela não demarcação de sua área, perdeu cerca de 20 mil hectares, ocupados

por fazendeiros, lindeiros (mora-glores fronteiriços) e pequenos agricultores brancos. Mesmo os 12 mil hectares que restam estão ilegalmente ocupados, em parte, por colonos.

Os índios não têm dúvidas de que o crime está relacionado com a demarcação das áreas. O delegado federal Romeu Rubim, da cidade de Santo Ângelo, agora é o encarregado das investigações, até então sob responsabilidade da Polícia Civil gaúcha. Na próxima semana, uma nova equipe da Funai voltará a Nonoai para continuar o trabalho de demarcação. (JB, 1º/7/89)

Demarcação de área dos Avá-Canoeiro em debate

A demarcação do território indígena Avá-Canoeiro, num total de 38 mil hectares, foi discutida dia 16 de junho na Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Um documento com histórico e análise da situação desta nação indígena, elaborado por uma comissão técnica da Sduma, Funai, UCG e UFG, serviu como subsídio para o debate. Com as modificações necessárias, o docu-

mento será encaminhado ao Governo do Estado de Goiás com a proposta de demarcação da reserva Avá-Canoeiro.

A importância e a urgência desta demarcação é consenso entre os órgãos e instituições que cuidam do assunto. "Se esta medida for retardada, a pressão contrária à demarcação irá aumentar muito mais", disse o superintendente de Assuntos Indígenas, Idjarruri Ka-

rajá, também presente na reunião. De acordo com Valterli Guedes, titular da Sduma, o órgão foi buscar apoio de especialistas que estão acompanhando a questão, para levar às autoridades responsáveis uma proposta concreta. A nossa esperança é que, ainda no atual governo, esta medida seja tomada", disse Valterli. (O Popular, 17/6/89)

Ecologistas revelam rota do tráfico de peles

O Brasil é um dos principais abastecedores de peles e animais silvestres vivos da rede de negociantes que comanda este rentável negócio ao redor do mundo. A conclusão é do vereador paulista no pelo PSDB, Roberto Trípoli, que se encontrou com o diretor do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, em São Paulo, para passar-lhe um verdadeiro dossiê sobre o assunto.

Trípoli recolheu os documentos, fruto de minuciosas investigações de entidades ambientalistas internacionais, em sua última viagem à Europa, de onde retornou no dia 27 de maio. Como trouxe consigo uma grande lista de nomes de pessoas envolvidas no contrabando e comércio de peles e animais em vários países - gente que muito provavelmente tem conexões no Brasil -, resolveu pedir formalmente à Polícia Federal que deflagre uma espécie de operação limpeza para identificar e prender os envolvidos.

Trípoli quer que a polícia federal investigue as entradas e saídas no território brasileiro e quem

se envolveu com elas. Quer também que sejam apuradas informações sobre as pessoas e empresas cujos nomes constam de um mapa sobre a rota de comércio das peles de jacaré, também elaborado no exterior. Talvez esteja ali a explicação sobre a saída irregular de cerca de 1 milhão e 500 mil peles de jacarés brasileiros no Pantanal Matogrossense, a cada ano.

"Fiquei envergonhado ao saber que eles têm muito mais informações do que a gente", confessou Trípoli. Ele também levou a Tuma um documento boliviano de libertação de peles para exportação com destino a Frankfurt, que apresenta como exemplo da operação que os contrabandistas desenvolvem para comercializar as peles brasileiras. O documento é da Convenção Sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas da Fauna e da Flora (CITES) e está assinado por Gaston Bejarano, com data de 20 de janeiro de 1984. "Nesta ocasião, já fazia um ano que esta pessoa não trabalhava mais no CITES", informa o vereador. O papel deu aval para a exportação

de 7.481 peles de gatos monteses, 5 mil de jacarés e 1.100 de cobras sucuris.

Junto com a documentação que trouxe do exterior, Trípoli acrescentou ainda documentos confidenciais brasileiros, do IBDF, sobre investigações que foram iniciadas mas, ninguém sabe porque, estacionaram. O vereador também não quis informar como conseguiu tais documentos. "Me chegaram pelo correio", disse, laconicamente. Entre os papéis há um pedido não datado de Donato Rispoli Borges, chefe da assessoria de segurança do IBDF para que o Delegado Regional do órgão investigasse um anúncio de oferta de animais silvestres brasileiros veiculada em jornais estrangeiros. O anúncio, assinado por Frank Meed, com endereço à Rua Fernão Dias, número 10, em Santos, oferece veados, tamanduás-bandeira, onças pintadas e até preguiças, para "museus e instituições científicas". Borges suspeitava na ocasião que Meed poderia ser na verdade Victor Hubertus Franken, conhecido contrabandista de peles brasileiras. (JB, 3/7/89)

Rede internacional "legaliza" o contrabando

O mapa elaborado por ambientalistas europeus mostra como as peles de jacarés brasileiros, tanto do Pantanal quanto da Amazônia, saem do país. Os pontos-chave da rota são as fronteiras com Guiana Francesa, a Bolívia e o Paraguai. Os agentes do comércio na região do Beni e em Cochabamba, na Bolívia, na região do Chaco e em Assunción, no Paraguai, e em Caiena, na Guiana, tratam de "esquentar" a documentação das pe-

les saídas do Brasil. Dali, elas são exportadas legalmente para os Estados Unidos, Itália, França, Alemanha, Japão, Suíça, México e Hong Kong. Uma parte segue, ainda ilegalmente, para Buenos Aires, Bogotá ou Caracas, também para exportação.

O maior importador das peles dos jacarés brasileiros está nos Estados Unidos. Chama-se Pierre Grauwitz e é dono da empresa King International Associates, se-

diada em Miami e com escritórios em Frankfurt e Paris. Ele tem um comprador, Pierre Kijner, em Caiena, e outro, Simon. Kijner, na região do Beni. Há muitos outros comerciantes, identificados parcial ou integralmente pelos ambientalistas europeus, que preferem não se identificar, com medo de represálias. O vereador Roberto Trípoli pediu ao delegado Romeu Tuma que investigue as conexões destes comerciantes no Brasil. (JB, 3/7/89)

Bush defenderá ecologia no Terceiro Mundo

O Presidente dos Estados Unidos, George Bush, tinha dia 6 boas notícias a dar aos defensores de meio-ambiente. Primeiro, ele propôs proibir todas as "exportações" de lixo tóxico dos Estados Unidos - só o Brasil recebeu 40 mil toneladas este ano. A outra novidade é a posição que Bush levará a Paris na próxima semana para a conferência de cúpula. Ele vai dizer que os Estados

Unidos estão dispostos a ajudar os países em desenvolvimento a preservarem seus recursos naturais.

O Presidente americano propôs que o Banco Mundial (Bird) destine verba para a questão ambiental. A possibilidade de parte da dívida externa vir a ser perdoadada na medida em que os devedores destinem recursos à proteção da natureza é outra proposta de Bush.

Segundo William Reilly, Diretor da Environmental Protection Agency, a proibição de remessa de lixo tóxico para o Terceiro Mundo poderá entrar em vigor brevemente.

-Os envios só serão feitos para países que tiverem acordo bilateral que garanta manuseio responsável do material e que seu destino final seja adequado - disse. (O Globo, 07/07/89)

Banco Mundial não convence ambientalistas

Um empréstimo de US\$20 milhões para o desenvolvimento florestal de Sri Lanka está sendo interpretado por ambientalistas americanos como sinal de que o Banco Mundial está, finalmente, levando a ecologia a sério, observa o último número da revista *Nature*. Entretanto, persistem suspeitas. Para muitos, o ambientalismo do Banco Mundial é pura fachada.

As pressões de grupos locais e internacionais sobre o empréstimo para Sri Lanka determinaram uma renegociação de última hora para que salvaguardas ambientais fossem incluídas no contrato - entre elas, a suspensão da comercialização de madeira em toras da floresta até a elaboração de relatórios de impacto ambiental.

Apesar do compromisso assumido pelo presidente do Bird, Barber Conable, em 1987, de dar prioridade a temas ambientais, os críticos dizem que pouca coisa mudou. É o que sustenta Bruce Rich, advogado do Environmen-

tal Defense Fund, um dos persistentes opositores do Banco, que está com depoimento marcado para o próximo dia 10 na Comissão de Apropriação de Verbas do Senado, que controla os fundos americanos para o banco. Rich afirma que, embora algumas medidas positivas tenham sido tomadas, a atuação geral do banco em relação ao impacto ambiental dos projetos de desenvolvimento que financia continua sofrível.

"Para cada projeto econômico em países do Terceiro Mundo onde o Bird adota uma aproximação inovadora, há dois ou três desastres sociais e ambientais em grande escala. O banco se recusa a agir mesmo quando confrontado com fatos", diz Rich.

Conable disse que mais de 100 projetos com componentes ambientais significativos serão aprovados pelo Banco até o final do ano. Nos últimos dois anos, US\$ 500 milhões foram investidos em projetos de proteção e preservação

florestal e essa soma será dobrada nos próximos três anos. O Bird também pensa em investir US\$ 1,33 milhão em projetos ambientais nesse mesmo período.

O Comitê de Apropriação de Verbas do Senado norte-americano, que há mais de seis anos vem pressionando o Bird para introduzir reformas ambientais, teve outra vitória na semana passada quando o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, concordou em incluir mecanismos para conversão da dívida externa em investimento em proteção ambiental no chamado Plano Brady para redução da dívida externa do Terceiro Mundo. As propostas garantem a compra de parte da dívida externa com deságio, em troca de compromissos de proteção ambiental. Embora os detalhes ainda não estejam claros, a mudança é significativa: até há pouco, os países credores insistiam no pagamento integral da dívida pelo valor de mercado. (JB, 6/7/89)

Calha Norte se estende até Amazônia Ocidental

Um programa semelhante ao Calha Norte será implantado pelo governo brasileiro na região da Amazônia Ocidental no segundo semestre deste ano. Este projeto de ocupação da faixa de fronteira internacional atingirá 60 municípios dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso e foi elaborado por cerca de cem técnicos de diversos ministérios. A coordenação é feita pela Saden (Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional), um organismo chefiado pelo general Rubens Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar, e subordinado diretamente à Presidência da República.

O Proffao (Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental) co-

meça exatamente no ponto onde termina o Calha Norte, no município de Benjamin Constant, no Amazonas. É uma faixa de 3.415 km de extensão e 150 km de largura que tem como limite, ao sul, o município de Cáceres (MT). O programa é complementar ao Calha Norte, criado em 1985, e tem a mesma base ideológica: ações de governo para firmar a soberania nacional.

O projeto piloto que serviu de modelo para o Projeto é o mesmo do Calha Norte, o município de Tabatinga (AM). Com o apoio do Exército, foram realizadas nesta cidade de 22 mil habitantes (7.500 na área urbana), ações nas áreas de saúde, saneamento, desenvolvimento urbano, previdência, co-

mércio bilateral com o país vizinho e construção de estradas vicinais.

A questão indígena, que foi motivo de protestos durante a implantação do Calha Norte, está fora do programa. A principal crítica das lideranças indígenas ao projeto anterior, segundo o assessor político da Uni (União das Nações Indígenas), Marcos Terena, foi a decisão de demarcar as áreas, principalmente dos Yanomami, em aldeamentos, permitindo a entrada de garimpeiros naquelas terras. "Hoje há 50 mil garimpeiros doentes se confrontando com índios da região", afirma Terena. Segundo os técnicos da Saden, a área do Proffao não tem problemas de demarcação de terras indígenas. (Folha de São Paulo, 3/7/89)

Atingidos por barragens discutem hidrelétricas

A CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens - do rio Uruguay manteve contatos, durante todo o mês de junho, com as comunidades rurais localizadas em áreas que estão sendo afetadas por empreendimentos hidrelétricos. Nas reuniões com os trabalhadores, foi discutido o Plano 2010

da Eletrobrás. Questionou-se a necessidade de construção de novas hidrelétricas (quando as já construídas ainda não operam em pleno funcionamento) e ainda as diversas formas de encaminhar a luta contra as barragens. Agora, nos dias 12 e 13 de julho, será realiza-

da o 1ª Plenária CRAB - Campinas das Missões - (perto da Usina Hidrelétrica de Garabie a 700 km de Porto Alegre). O encontro vai discutir os impactos sociais, econômicos e ambientais das usinas hidrelétricas. (Movimento Camponês

- CEDI, 07/07/89)

Ironia

Os deputados estaduais da Paraíba não conseguem mais sair às ruas de João Pessoa sossegados.

Por onde andam, ouvem piadas e um apelido: *Trinta*, referência aos NCz\$ 30 mil - valor 350 vezes superior ao piso salarial no estado - que cada parlamentar ganharia com o reajuste que eles próprios se concederam.

Um deles, Pedro Medeiros (PMDB), foi saudado quando entrou quinta-feira na agência de um banco: "Como vai, *Pedrinho Trinta*? Irritado, ele devolveu: *Pedrinho Trinta é a p...*" (JB, 09/07/89)

Reclame eficiente

São João Del Rey, terra do ex-presidente Tancredo Neves, tem só um vereador do PDS, José Marques Filho e 700 filiados ao partido. Segunda-feira, dia 3, numa roda festiva de vereadores do PDT, PMDB e PTB, Marques foi questionado sobre a campanha de Paulo Maluf à Presidência. Respondeu na bucha:

- Uai, pelo menos está servindo para vender muito sapato 752. (Canal 3, OESP, 7/7/89)

No programa

Por determinação da Prefeitura de Campinas, os concertos oficiais da Sinfônica local terão em seus programas, ao lado do nome dos músicos, os dos 38 funcionários de apoio. Técnicos, porteiros, faxineiros, escriturários e bilheteiros terão direito a seus 15 minutos de fama. (Canal 3, OESP, 7/7/89)

Mulheres

De um velho trator eleitoral, justificando o aparente crescimento de Mário Covas, presidenciável do PSDB, entre o eleitorado feminino:

- É que o Collor elas querem levar para casa e o Covas para o Planalto. Para falar grosso. (Canal 3, OESP, 7/7/89)

Eleição

O Tribunal Superior Eleitoral já sabe quanto vai gastar na próxima eleição presidencial.

Só em cédulas serão utilizadas 600 toneladas de papel e, em folhas de votação, mais de 470 toneladas.

Dos 86 milhões de títulos de eleitores no primeiro turno, 15 milhões - feitos como os outros, em papel com marca d'água - são novos: pertencem aos eleitores entre 16 e 18 anos.

E cerca de 4 milhões de brasileiros, no dia 15 de novembro de 1989, terão comida e transporte por conta do erário, pois estarão à disposição da Justiça Eleitoral.

O custo projetado é de aproximadamente NCz\$ 200 milhões.

Mas vale a pena. A democracia não tem preço. (Informe JB, 7/7/889)

Filosofando

O candidato do PFL à presidência da República,

engenheiro eletricista Aureliano Chaves, deu receitas médicas, em debate em Belo Horizonte, para solucionar a crise econômica do Brasil.

- Temos de pagar a dívida, mas para isto não podemos asfixiar a economia. Ao contrário, temos de pô-la em balão de oxigênio, para que recupere sua capacidade respiratória.

E sobre a necessidade de promover a privatização:

- O Estado está agigantado, e todos sabem que, em organismo hipertrofiado, a circulação sanguínea é deficiente.

Aureliano, que é gordo, parece conhecer de perto o problema. (Informe JB, 7/7/89)

Perdido

Ulysses precisou da ajuda de assessores para encontrar a sala onde almoçou dia 6 no hotel Brasilton. Ele foi ao banheiro e perdeu-se na volta. Tudo isso no mesmo andar, onde havia passado toda a manhã. (Painel FSP, 7/7/89)

Ligado

Preocupado com as negociações entre os "tucanos" e Roberto Magalhães no Rio, Covas ligou duas vezes do Clube Harmonia, onde se encontrava um São Paulo, para a casa de Afonso Arinos. (Painel FSP, 7/7/89)

Gesto

Durante a reunião na casa de Arinos, a deputada Moema São Thiago (CE) entregou o seu material de campanha para Magalhães, significando que abria mão da própria candidatura. (Painel FSP, 7/7/89)

Bom de TV

Do ministro Antônio Carlos Magalhães ao ser indagado se subirá ao palanque de Aureliano: "Se for necessário subirei, mas acho que sou muito melhor na TV". (Painel FSP, 7/7/89)

Quem paga

O governo francês pagará a hospedagem de Sarney no Hotel Saint-James Club, onde também ficarão os presidentes da Irlanda e do Senegal. (Painel FSP, 7/7/89)

Agenda

Sarney tem por enquanto um único compromisso em Paris fora das comemorações da Revolução Francesa: inaugurar uma exposição sobre a obra literária de Josué Montello, embaixador do Brasil na Unesco. (Painel FSP, 7/7/89)

Geriatría

De Ronan Tito, líder do PMDB no Senado: "O

esses tem 72 anos. O Arraes também. Não sei por que um fica chamando o outro de velho". (Painel FSP, 7/89)

cursores

O senador Jarbas Passarinho (PDS) pode estar esondando o segundo turno para apoiar Covas, mas os cionários do seu gabinete já se decidiram. A maioria absoluta fechou com o "tucano". (Painel FSP, 7/89)

tra vez

A pressão de Chico Pinto (PMDB-BA) continua: como político de centro, ou Ulysses incorpora o discurso da esquerda partidária ou ficará falando só para a direita". (Painel FSP, 7/7/89)

mais

Inspirado, o candidato do PFL à presidência usou também sua experiência de plantador de café no sul de Minas para analisar a política tributária no Brasil que, quando disse, recai mais sobre o assalariado.

- A idéia que prevalece é a de que, se o burro é bom para carga, joga mais carga nele, até quebrar sua coluna vertebral.

O homem estava inspirado. (Informe JB, 7/7/89)

nte

O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, recebeu dia 7, no plenário da Assembleia Legislativa do Rio, a medalha Chico Mendes de Resistência concedida por várias entidades - como o grupo Tormenta Nunca Mais, a ABI e a OAB - a todos que se desam na defesa da ecologia e dos direitos humanos. (Informe JB, 7/7/89)

os trilhos

O ex-comunista Hércules Corrêa, que é hoje o presidente da Companhia de Transporte Coletivos do Rio de Janeiro, resolveu de maneira insólita a evasão de receita da ordem de 50% que os microônibus de Santa Tereza sofriam mensalmente.

Trocou os motoristas antigos - que também operam na linha como cobradores - por um grupo de motoristas evangélicos que havia transformado parte de sua garagem da CTC em templo de suas rezas.

A arrecadação dobrou. (Informe JB, 7/7/89)

ão é de hoje

Do candidato à presidência da República pelo PMDB, Ulysses Guimarães, quando soube que a deputada Márcia Kubitschek havia collorido dias depois de sair - "antir-lhe que continuaria no PMDB e o que estava fazendo mesmo era "um problema na vista":

- Vai ver que ela já tinha collorido e não sabia. (Informe JB, 7/7/89)

Desemprego

O governador de Tocantins, Siqueira Campos, está preocupado com o problema de desemprego no estado.

Criado há seis meses, Tocantins já registra 300 mil desempregados e outros 300 mil subempregados.

Aliás, o Senado acaba de aprovar empréstimo do Bird, no valor de 400 milhões de dólares, para o governo estadual. (Informe JB, 7/7/89)

Rapidez

A adesão do ex-governador Roberto Magalhães aos "tucanos" causou surpresa nos meios brizolistas. Até poucas semanas atrás Magalhães estava firmemente comprometido com Brizola. (Painel FSP, 7/7/89)

Briga no ar

O economista Paulo Sandroni (PT) retirou-se dia 5 de madrugada, no ar, do "Programa Ferreira Neto", acusando o apresentador de falta de isenção e fazer ataques sistemáticos à Prefeita paulistana. (Painel FSP, 6/7/89)

Quem diria

Membros do clube do *poire* estão se sentindo marginalizados na campanha de Ulysses. Reclamam que Quêrcia está controlando todas as áreas importantes. (Painel FSP, 6/7/89)

Processo

Por ter chamado os funcionários do Banco do Brasil de "um bando de vagabundos", o presidente do BNDES, Márcio Fortes, está sendo processado por injúria e difamação. (Painel FSP, 6/7/89)

Gafe

Normalmente pontual, o ministro Abreu Sodré chegou atrasado 15 minutos dia 5 para a assinatura de um protocolo. Justamente com o ministro britânico Christopher Patten, conhecido por sua pontualidade. (Painel FSP, 6/7/89)

Reincidência

No meio da solenidade, outra gafe de Sodré. Mal um funcionário começa a leitura do protocolo, em português, e o ministro interrompe: "Não tem em inglês, não?". (Painel FSP, 6/7/89)

Batalha

A cúpula do PT desencadeou uma contra-ofensiva na batalha do vice. Os líderes da CUT anunciaram que trocaram o verde Gabeira por Bisol e cinco vereadores do partido em São Paulo estão com o senador. (Painel FSP, 6/7/89)

Militares terão aumento de 55% este mês

Os militares terão aumento de 55,65% a contar de 1º de julho: 13,42% a título de isonomia e 37,24% de pagamento do IPC dos meses de maio e junho, que serão concedidos também aos funcionários públicos civis. Um general de Exército, último posto da carreira, passará a receber, em julho, NCz\$6.650 - e um coronel com curso de Estado-Maior, cerca de NCz\$4.700.

A decisão foi tomada pelo presidente José Sarney durante reunião de mais de uma hora com os ministros do EMFA, Valbert Lisieux; do Exército, Leônidas Pires Gonçalves; da

Aeronáutica, Octávio Moreira Lima; do SNI, Ivan de Souza Mendes; do Gabinete Militar, Rubem Bayma Denys; da Fazenda, Mailson da Nóbrega; e do Planejamento, João Baptista de Abreu.

A aprovação do parecer do consultor geral da República, Saulo Ramos, tem força de lei e, portanto, os 13,42% não precisam ser submetidos ao Congresso. Já a diferença pleiteada de outubro do ano passado para cá, entre o salário do ministro do Superior Tribunal Militar e o de oficial-general de quatro estrelas, que está sendo chamada

de isonomia, dependerá do Congresso Nacional para ser paga. O presidente José Sarney encaminhará mensagem ao Congresso solicitando crédito adicional para o pagamento de janeiro a junho, que ninguém nas Forças Armadas soube explicar de quanto seria. Aprovado esse crédito, o Executivo paga de imediato. Em relação à diferença de outubro do ano passado a janeiro, ficará para ser reembolsada ao pessoal quando a União tiver recursos, ou seja, no próximo governo, podendo essa despesa ser incluída no orçamento de 1990. (JB, 7/7/89)

Casa própria vinculada a salário mínimo sobe 666%

As prestações da casa própria vinculadas à variação do Salário Mínimo de Referência vão ter um aumento de 666% se forem contratos anuais e de 101% se forem contratos semestrais. Esta foi a decisão tomada dia 6 pelo Banco Central, que decidiu baixar um ato normativo para as instituições financeiras sobre o assunto.

A maioria das prestações do Sistema Financeiro da Habitação ainda continua sem uma definição. Tudo que o Banco Central decidiu até agora é que vai baixar normas como se todos os mutuários tivessem au-

mentos com gatilho de 5%. Ou seja, mesmo quem ganha três salários mínimos e que terá aumentos mensais de acordo com a inflação se enquadrará nas mesmas normas dos demais: terá dois meses de aumentos abaixo da inflação e no terceiro mês terá um aumento maior que compense toda a inflação do período.

Para se chegar à nova prestação deve-se dividir este novo valor (NCz\$ 64,23) pelo salário mínimo de referência de julho de 1988 (CZ\$ 8.376,00) se forem contratos anuais com reajuste

em julho. A mesma operação deve ser feita em relação ao salário mínimo de referência de janeiro de 89 (CZ\$ 31.866,00), se os contratos forem semestrais com reajuste em julho. No caso dos contratos anuais vai se chegar ao número-índice de 7,668338. No caso dos contratos semestrais, o número-índice será 2,015628. Quem não tiver ânimo para tanta contabilidade basta saber que sua prestação de julho será 666% maior do que a última prestação paga. E se for semestral, o aumento de prestação será de 101%. (JB, 07/07/89)

Governo define salário mínimo para julho

Mesmo sem ter definido o valor do salário mínimo do mês de junho - pendente de interpretação da lei promulgada pelo Congresso Nacional - o governo já fixou o salário mínimo válido para julho: é de NCz\$ 149,80. Em decreto assinado dia 6 foram também fixados os valores do salário mínimo diário - de NCz\$ 4,9933 - e horário - de NCz\$ 0,6809.

Para as empresas que ainda não pagaram o salário de junho, o Ministério do Trabalho dá a seguinte orientação: o pagamento deve ser feito até segunda-feira, 10, no valor de NCz\$ 120,00 ou de NCz\$ 81,40. Quando for fixado o valor definitivo, as empresas que pagaram menos poderão completar o pagamento.

Nos contatos mantidos pela ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, ficou claro que o Legislativo interpreta sua lei fazendo valer o salário mínimo de NCz\$ 120,00 em junho. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara interpreta, no entanto, que o valor do salário mínimo de junho é de NCz\$ 81,40. (JB, 7/7/89)

Dieese aponta perda para os metalúrgicos

Quando o movimento sindical ressurgiu no Brasil nas históricas greves dos metalúrgicos do ABC paulista, no final dos anos 70, pareceu a muita gente que, finalmente, os trabalhadores ganhavam força suficiente para promover uma redistribuição da renda no país e, conseqüentemente, ampliar o poder aquisitivo dos salários. Dez anos depois, os números mostram uma realidade diferente: os salários estão mais baixos.

Um estudo elaborado pela subseção do Departamento Inter-sindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema demonstra que em abril de 89 (mês de data-base) os salários dos 140 mil metalúrgicos das duas cidades equivaliam a apenas 57% daquele recebido no mesmo mês de 1980. Osvaldo Cavignato, economista do Dieese, observa que "não fosse a ação sindical desenvolvida naquele período, estes trabalhadores estariam numa situação ainda pior, pois de 1980 a 89 foram conquistados 46,6% a título de aumento real durante as negociações com o patronato".

O acompanhamento da evolução salarial dos metalúrgicos desde 1964 indica que o salário de

junho de 89 é o menor já registrado, correspondendo a apenas 61,4% do recebido em abril daquele ano. A situação vivida hoje é bem diferente da verificada em 1982, quando no mês de abril os trabalhadores recebiam um salário 46% superior ao pago em 1964.

Evolução

A análise do gráfico da evolução salarial dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema demonstra duas situações exemplares da turbulência que afetou o bolso dos trabalhadores. Primeiro, durante os anos de 78 a 83. Esta situação, observa Cavignato, tem nítida relação com as greves gerais da categoria. Além disso, na prática, o movimento sindical mais combativo estava conquistando reajustes trimestrais à revelia dos decretos-lei do governo, que chegaram a fixar em 80% do IPC o limite para a correção dos salários e proibir a concessão de queda livre pela qual enveredou o poder aquisitivo dos metalúrgicos a partir do Plano Cruzado. Em abril de 85, o salário ainda chegou a representar 103% daquele percebido em abril de 80. Em 86, no entanto, ele caiu para 83,5%, em 87 (já às vésperas do Plano Bresser) baixou para

65,44%, e não parou mais, pois em 88 representava 60% e em 89, os 57% já mencionados, em relação a 1980.

"O Plano Cruzado, decretado em fevereiro de 86, congelou os salários pela média e esta situação permaneceu até janeiro de 87, quando foi disparado pela primeira vez o gatilho salarial", relembra Cavignato. "O novo gatilho somente foi disparado em março" (era preciso que a inflação ultrapassasse os 20% para os trabalhadores terem direito a correção salarial) "e em abril veio a data-base, quando se observa uma pequena recuperação, mas muito aquém dos níveis salariais do início do Cruzado".

A correção salarial adotada pelo Plano Bresser, a Unidade de Referência de Preços (URP), não manteve o nível salarial e o sindicato foi buscar reajustes complementares em negociações diretas com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Esta situação, verificada ao longo de 1988, manteve os salários na média equivalente a 70% daquele de 1980. Mas veio o Plano Verão e novamente o poder aquisitivo despençou. (JB, 3/7/89)

Alimento leva inflação a 30% em julho

Empurrada pelos preços dos alimentos, que deverão subir cerca de 37%, a inflação deste mês ficará entre 28% e 30%. A previsão consta de um estudo preparado por assessores do Planalto e já encaminhado ao Ministério da Fazenda, que leva ainda em conta os aumentos dos combustíveis, trans-

portes, comunicação, artigos de residência e serviços.

Os preços dos alimentos, de fato, continuam assustando quem precisa frequentar os supermercados. O óleo de soja subiu 112,5% em 12 dias.

Um dia depois de aumentar as

tarifas telefônicas, o governo reajustou os preços da energia elétrica em 10%. Apesar disso, o objetivo oficial é represar as tarifas e serviços públicos para evitar um salto maior da inflação, o que, entretanto, inevitavelmente acontecerá em agosto.

(JB, 6/7/89)

Polícia Federal não tem dinheiro para aluguel

"A Polícia Federal está devendo a todo mundo". Com esta afirmação, o porta-voz da Polícia Federal, delegado Paulo Marra, confirmou a grande dificuldade financeira que está ameaçando as principais atividades de todas as superintendências regionais do órgão, muitas das quais sem dinheiro para pagar, inclusive, os aluguéis de suas dependências.

Segundo informou Paulo Marra, as superintendências do Rio, de São Paulo, de Goiás e do Pará estão com suas atividades praticamente paralisadas, devido ao corte de NCz\$33,8 milhões no orçamento da Polícia Federal deste ano, previsto inicialmente em cerca de NCz\$200 milhões. "Este orçamento é insuficiente para o órgão dar continuidade às suas ati-

vidades previstas na Constituição", disse Paulo Marra.

O porta-voz explicou que a "situação caótica" da Polícia Federal se deve tanto ao corte feito pelo governo como ao atraso do Congresso em aprovar o pedido de suplementação de NCz\$ 39 milhões solicitado pelo Ministério da Justiça em maio deste ano. (JB, 7/7/89)

Professores terminam greve sem aumento desejado

Terminou dia 7, depois de 81 dias, a greve dos professores da rede estadual de ensino paulista, que deixou 4,5 milhões de crianças sem aulas. Em assembléia realizada às 15h em frente à Secretaria Estadual da Educação, na Praça da República, no Centro, cerca de 5 mil grevistas, segundo avaliação do sindicato, decidiram por unanimidade a volta ao trabalho - número

reduzido para uma categoria que já reuniu em praça pública 70 mil representantes.

Os grevistas reivindicam piso salarial referente a um salário mínimo fixado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) por 20 horas semanais - o que equivale a NCz\$653,86. Mas, devido ao esvaziamento sofrido pe-

la paralisação (dia 7 apenas 25% dos 220 mil professores não trabalharam), terminam a greve com o reajuste de 25% concedido pelo governador Orestes Quércia e aprovado dia 7 pela Assembléia Legislativa. A partir de 1º de agosto, os professores estaduais estarão com um piso de NCz\$875,00, mas por uma jornada de 40 horas semanais. (JB, 8/7/89)

Secretaria divulga calendário para repor aulas

O secretário Estadual de Educação de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, determinou dia 28 que as escolas deverão utilizar as férias de julho e de dezembro, os sábados, os intervalos entre os períodos e o mês de janeiro de 1990, se necessário, para repor os dias de aula perdidos com a greve dos pro-

fessores. Chopin definiu as regras da reposição em reunião com seus assessores, sem a presença das entidades do magistério.

As entidades do magistério repudiam a determinação do secretário por considerarem que a decisão foi tomada antes do fim do movimento. "Qualquer calen-

dário baixado antes do final da greve é extemporâneo e acaba ficando inócuo", diz Maria Alice Bicudo Soares, secretária-geral do Centro do Professorado Paulista. Para que haja reposição, os professores exigem que não sejam descontados os dias parados. (Folha de São Paulo, 27/6/89)

Assembléia de professores mantém greve no Rio

Quase 4 mil professores estaduais reunidos na concha acústica da Uerj, no Maracanã (Zona Norte do Rio), decidiram pela continuidade da greve, na mais concorrida e tumultuada assembléia da categoria desde o início do movimento, há 60 dias. A reunião começou às 15h30 e durou quatro horas. A presidente do Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino), Florinda Lombardi, chegou a propor a suspensão da greve, a que os professores respon-

deram com vaias e palavras-de-ordem, causando grande tumulto. A contraproposta do governo foi rejeitada e na próxima quarta-feira a categoria fará nova assembléia.

O governo estadual ofereceu aos professores piso de NCz\$ 270,51 retroativo a 1º de maio, manutenção da diferença de 12% entre os 12 níveis da classe, extinção da gratificação de 26% para professores regentes a partir de maio,

e pagamento em quatro parcelas dos resíduos atrasados, um total de NCz\$ 40, sendo a primeira de NCz\$ 20 no contracheque de junho. Florinda não acredita no enfraquecimento do Sepe com as decisões dos professores de continuar a greve: "Não foi uma derrota e não nos enfraquecemos. Vamos levar esse movimento conclamando agora todos os setores na defesa da escola pública, que hoje está em nossas mãos", afirmou ela. (JB, 06/07/89)

Um casal que não recebe desde abril

"Mãe, o que está acontecendo? Por que todo mundo está trazendo comida para cá?" A pergunta de Ana Clara, de 6 anos, deixou embaraçados os pais José Carlos e Ana Regina de Araújo, professores estaduais sem salário há dois meses e que receberam ajuda em alimentos do fundo de greve. Além da menina Ana Clara, o casal tem mais três filhos - Clarissa, de 7 anos, Tiago de 9, e Tadeu de 11 - todos sem aula porque estudam em colégio público. A família, que mora em Araruama, tem contado com o apoio de amigos, parentes e até do fundo de greve para empréstimos em dinheiro

e doação de gêneros alimentícios. "A sorte é que temos casa própria e não pagamos escola", disse José Carlos.

Ana Regina, 37 anos, aperta ao máximo o orçamento doméstico, economizando até no transporte. Ele cursa o último período de Direito na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, e em vez de voltar para Araruama e gastar com a passagem, fica na casa da mãe, em São Gonçalo, durante toda a semana.

O casal não tem outra fonte de renda. No mês de abril, somou cerca de NCz\$ 800 de salário. Com a contraproposta do governo, tal

vez chegasse a uma renda familiar em torno de NCz\$ 1.500, "o que também nos obrigaria a continuar operando no vermelho". Ele dá aulas de História há sete anos no Colégio Estadual Edmundo Silva, e Ana Regina, professora primária, está há 12 anos no Colégio Estadual Joel Vasconcelos, ambos em Araruama. Cada um tem duas matrículas. Do orçamento, 60% vão para a comida", disse José Carlos. Financiado pelo fundo de greve, José Carlos compareceu dia 5 à assembléia dos professores dos professores na Uerj, para dar apoio à luta da categoria. (JB, 06/07/89)

Projeto da UNE prevê escola concessionária

Representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) entregaram à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na semana passada, um projeto de emenda popular para a Constituinte Estadual que prevê a transformação das escolas da rede de ensino particular em empresas concessionárias de serviços. Pelo projeto o governo estipularia um número de vagas para o ensino de 1º, 2º e 3º graus que deveriam ser preenchidas

pela rede pública. Se isso não for possível, as vagas restantes devem ser oferecidas pelas escolas particulares que recebem do governo a concessão para a prestação deste serviço.

O documento foi assinado por representantes das associações de docentes da Universidade de São Paulo, Universidade do Estado de São Paulo e da Unicamp. O

total de assinaturas para o projeto foi de 50 mil, segundo o vice-presidente regional da UNE, Hamilton Lacerda. Este projeto, se aprovado, pode fazer com que o sistema de fixação de preços das mensalidades deixe de ser somente uma questão financeira, passando a ser vinculado a avaliações feitas pelo governo sobre a qualidade do ensino oferecido, afirmou Lacerda. (Folha de São Paulo, 29/6/89)

Jovem brasileiro vive situação dramática

Relatório aponta a situação dramática dos jovens brasileiros

O perfil foi desenhado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é trágico. Os modelos, em pose involuntária, foram os 57,7 milhões de brasileiros que têm entre 0 e 17 anos.

O levantamento, realizado pelo IBGE em convênio com a Unicef, teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios dos anos de 81, 83 e 86. Coordenado pelas sociólogas Rosa Maria Ribeiro da Silva, Ana Lúcia Sa-

bóia e Helena Castello Branco, o trabalho mostra que as perspectivas de tons mais suaves no quadro não são exatamente realistas. O analfabetismo, por exemplo, que em 81 atingia 31,7% da juventude, em 86 cresceu para 33,8%. Isso nas áreas urbanas. Na rural, o índice atingiu 47,9%. A taxa de evasão escolar também se encontra em franca ascensão. Na faixa de 7 a 9 anos (idade de dez milhões de brasileiros), passou de 70,7% para 83,6%. Na de 10 a 14 anos (o maior contingente, com 15,4 mi-

lhões de pessoas), a evasão foi de 78,7% para 81,6%.

Entre outras dificuldades, os jovens têm os estudos prejudicados pela necessidade de entrar precocemente no mercado de trabalho. No Brasil, 24,8 milhões deles nascem em famílias cuja renda mensal é inferior a dois salários mínimos. Na verdade, de cada cinco crianças nascidas no País, quatro pertencem a uma família pobre.

(Istoé Senhor, 28/6/89)

Merenda atende a apenas 6,9% das necessidades

A merenda distribuída pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar aos alunos das escolas públicas de Minas Gerais, através da Fundação de Assistência ao Educando (FAE), supre apenas 6,9% das necessidades calóricas das crianças, apesar de o decreto federal 72.034, de 1973, estabelecer índices entre 15% e 30%. A conclusão é de uma pesquisa realizada durante dois anos pela aluna do último período de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Vera Lúcia Angelo Andrade, com 146 alunos da Escola Estadual Engenheiro Prado Lopes, na periferia de Belo Horizonte.

Apesar de ser um estudo de caso, a pesquisa, que recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de bolsa de iniciação científica, "pode ser considerada representativa do que acontece em quase todo país", segundo o diretor da Faculdade de Medicina da UFMG, Benedictus Philadelphus Siqueira, que orientou o trabalho da estudante. Com 30 anos de experiência em nutrição e ex-assessor do governo Tancredo Neves no estado, quando o cardápio escolar foi radicalmente modificado, Benedictus Philadelphus considerou o resultado da

pesquisa "estranhador".

Uma criança de nove a 14 anos, como as 146 da Escola Prado Lopes, que Vera Andrade analisou, deve consumir diariamente entre 2.000 e 2.300 calorias. Pensando os alimentos durante uma semana e anotando o consumo de cada criança e as sobras da refeição, a pesquisadora constatou que a merenda da escola ofereceu, em média, apenas 160,4 calorias por dia. Isso representa um déficit de 47,7% - se considerada a exigência mínima de que a merenda deve suprir 15% das necessidades das crianças - a 86,4% - se considerado o índice máximo, de 30%. (JB, 08/07/89)

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade

Colonos acampam em Florianópolis e exigem terra

O Largo da Catedral, no ponto mais central de Florianópolis, foi ocupado dia 5 por cerca de 100 agricultores sem-terra do interior de Santa Catarina, em protesto contra a lentidão do escritório regional do Incra no encaminhamento dos processos de desapropriação de áreas para assentamentos. Em duas barracas de camping e num barracão de lona, similar aos utilizados nas invasões de terras, os colonos enfrentaram o frio de 10 graus e o forte vento sul que atingiram Florianópolis na manhã do dia 5. "Estamos representando as 1.700 famílias sem-terra acampadas desde 85, na expectativa de áreas prometidas pelo Incra", explicou Arnaldo Milan, da coordenação nacional do Movimento dos Agricultores Sem-Terra.

Os colonos - homens, mulheres, crianças e velhos - vieram dos acampamentos de Caçador (onde se instalaram em 85 e agora estão ameaçados de despejo), Lebon Regis, Abelardo Luz, Matos Costa e de Palma Sola, o mais novo, criado pelo Incra para resolver o problema de 800 famílias que invadiram áreas no último mês. "O Incra vai acabar mudando o sentido da palavra provisória", ironizou Milan. No local, foram espalhadas bandeiras do movimento e os transeuntes recebiam esclarecimentos sobre o acampamento. "Além destas famílias acampadas ainda existem outras 150 mil sem-terra em Santa Catarina", informou Milan.

Sem sentido

Milan disse que não deixará

ocorrer com este acampamento a mesma situação dos despejados de Papanduva (norte catarinense), que permaneceram um ano, entre 86 e 87, incorporados à paisagem urbana e sem despertar a atenção do público. "Aí o protesto perde o sentido", admitiu Milan. O delegado regional do Incra, Jacó Anderle, concordou que os processos estão lentos em Santa Catarina, mas apontou a "burocracia de Brasília como a maior responsável pela demora nas desapropriações". Anderle lembrou que a tramitação dos processos em Santa Catarina demora dois meses, incluindo idas aos locais e enfrentando problemas, como a falta de veículos, enquanto em Brasília, um simples parecer demora oito meses. (JB, 6/7/89)

Dois mil sem-terra invadem fazenda no Maranhão

A Fazenda Diamante Negro de 13 mil hectares, localizada no município de Vitória do Mearim, a 166 quilômetros de São Luís, está ocupada desde o dia 5 por 500 famílias (cerca de 2 mil pessoas) de trabalhadores sem-terra que viviam em 40 povoados próximos à área. Oito dos invasores estão em São Luís, buscando apoio de entidades civis e de parlamentares para a desapropriação da área e assentamento dos colonos. Esta é a terceira fazenda invadida por sem-terra no Maranhão neste ano. As outras duas foram a Farusa e La-

go Azul, ocupadas em maio.

Os trabalhadores sem-terra estiveram dia 5 com o delegado regional do Incra, Francisco de Assis e Sousa, quando foi formalizado o pedido de desapropriação da Diamante Negro, considerada área improdutiva e vendida no ano passado por José Adálio a um grupo de empresários da Paraíba.

Apesar da falta de mantimentos, os trabalhadores afirmaram que não deixarão a fazenda, enquanto o Incra não definir um local para assentamento. Francisco de Assis e Sousa prometeu mandar

ao local, na próxima semana, uma comissão técnica do Incra para fazer o levantamento da área e relacionar o número de famílias.

No Maranhão, segundo dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaema), existem 500 mil trabalhadores sem-terra e mais de 300 áreas ocupadas por posseiros, o que representa, aproximadamente, 2 mil hectares em regiões de conflito. Segundo o levantamento da Fetaema, 80% dos latifúndios existentes no Maranhão são improdutivos. (JB, 6/7/89)

Lavrador toma sede do Incra em Marabá

Dois dias após 200 famílias de lavradores sem-terra terem desocupado a sede do Incra em Conceição do Araguaia, motivadas pela promessa do superintendente regional do órgão, Paulo Titan, de que vai acelerar o processo de desapropriação das fazendas Lontra (três mil e quinhentos hectares) e Curral de Pedra (13 mil hectares) para assentá-las, dois mil trabalhadores rurais tomaram dia 4 à noite outra unidade do Incra, em Marabá, exigindo o imediato assentamento em mais de um milhão de hectares já desapropriados ou adquiridos pelo governo desde 1985, e que até agora não foram entre-

gues aos posseiros.

Paulo Titan disse que já está a par das reivindicações dos posseiros, porém acha "quase impossível" realizar todos os assentamentos, devido à falta de verbas. Pelos acordos firmados entre os governos federal e estadual, o assentamento deveria ser feito quando toda a infra-estrutura estivesse montada, mas o governador Hélio Gueiros afirmou que ainda não recebeu nenhum centavo de repasse federal e que o estado não tem recursos.

A decisão de ocupar a sede do

Incra foi tomada no dia 9 de junho passado, em assembléia geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, quando foi discutido também um plano para retomar as invasões, em represália à moralidade do governo no processo de assentamentos. A direção do sindicato informou que os dois mil trabalhadores de Marabá estão passando dificuldades, sem ter onde morar, e que a espera vem atrapalhando a vida dos municípios de Marabá, Tucunduba, Tucuruí, São João do Araguaia, Parauapebas, Curionópolis, Brejo Grande e várias outras localidades próximas. (JB, 05/07/89)

Reforma agrária deu certo na BA e em SC

Enquanto 12 milhões de sem-terra aguardam cálculos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), os estados de Santa Catarina e Bahia abrigam exemplos de que a reforma agrária é possível. Numa rara demonstração de vontade política, o prefeito de Itacaré (a 234 quilômetros de Salvador), Edgard Alves dos Reis (PMDB), resolveu tomar para si uma questão que os chefes dos Executivos estaduais e municipais costumam empurrar para o governo federal. O resultado foi o assentamento definitivo de 60 famílias na Fazenda Camboinha.

Em Santa Catarina, as 442 famílias que ocupam as fazendas Papua I e II, Sandra, Capão Grande e Volta Grande são remanescentes de um movimento que eclodiu em 25 de maio de 85, quando quase 3 mil pessoas invadiram, de forma surpreendentemente organizada, áreas localizadas nos municípios de Abelardo Luz (a 597 quilômetros de Florianópolis) e São Miguel do Oeste (a 747 quilômetros). Por sete dias, cerca de 1.500 homens da Polícia Militar estiveram de prontidão nas regiões, mas, com a mediação do então governador Espiridião Amin, o impasse foi resolvido, com o assentamento definitivo dos colonos de Abelardo Luz.

Prova

Quatro anos depois, esses mesmos invasores que enfrentaram a polícia, moravam em barracos de loná e de chão batido e dependiam de escassos ranchos ali-

mentares do governo para sobreviverem, agora, vivem em casas próprias, conseguiram adquirir equipamentos de trabalho e este ano colheram a primeira boa safra de milho e feijão. "Nós somos a prova de que a reforma agrária pode dar certo no Brasil. Basta dar terra e condições de trabalho", confirma o sem-terra Reinaldo Lavratti, 26 anos, instalado na Fazenda Papua II, em Abelardo Luz.

Cooperação

As áreas ocupadas em Abelardo Luz abrigam hoje 422 famílias distribuídas em sete assentamentos - alguns ainda não concluídos - na primeira demonstração prática da reforma agrária da Nova República no estado. O financiamento do programa para a construção da casa de Reinaldo "não deu nem para pagar os pregos", segundo o lavrador. A saída para ele e outras quatro famílias que moram em módulos das proximidades foi trabalhar em forma de cooperação agrícola.

A primeira providência foi escolher as áreas de declive para construir as casas, deixando os terrenos planos para as plantações. Em conjunto, montaram uma serraria, que viabilizou a construção das casas das cinco famílias e a manufatura de madeiras de outros assentados, gerando renda para a compra de um trator e um caminhão. A lavoura é toda socializada - do trabalho aos resultados - e

as decisões são tomadas em conjunto. A cooperativa hoje conta com paiol e estábulo e está montando uma minifábrica de móveis, um aviário para 2.500 cabeças e um chiqueirão para suínos.

Como são famílias jovens, a mão-de-obra se reduziu a cinco homens e cinco mulheres, que compartilham todos os trabalhos. "Nós cuidamos da horta, dos animais domésticos e das lavouras miúdas, como batatinhas, mandioca e arroz. Mas na época da colheita também pegamos no pesado", relata Odete.

Além de dividir os resultados do trabalho, a cooperativa também discute problemas sindicais, comunitários e políticos (há vários núcleos do PT entre eles). "Mantemos um sistema de solidariedade permanente aos outros sem-terra, pois não queremos resolver só nosso problema", argumentou Lavratti.

Mesmo ainda enfrentando sérios problemas, como a falta de um posto de saúde, de energia elétrica e de financiamentos para a aquisição de insumos, os assentados de Abelardo Luz conseguem dar mostras de produtividade. Segundo o técnico extensionista Cláudio Miranda, a safra 88/89 na região rendeu 78 mil sacas de milho (4.680 quilos), 6 mil sacas de feijão e 4 mil de soja. A vitória dessas famílias, entretanto, não se estendeu a todo o estado. Santa Catarina tem hoje outras 1.700 acampadas, vivendo em condições próximas da miséria absoluta. (JB, 02/07/89)

Incrá quer sem-terra transferidos para o sertão

Depois de terem sido despejadas do Engenho Utinga - de propriedade do governo do estado de Pernambuco -, sendo alojadas na granja de um particular, no município de Cabo (a 30 quilômetros de Recife), 150 famílias sem-terra receberam dia 3 do Incra a oferta de três áreas, que somam 2.019 hectares, localizadas nas cidades de Floresta e Cabrobó, à margens do Rio São Francisco, no sertão per-

nambucano. Após a invasão no dia 18 de junho, inicialmente realizada por 400 famílias, as 150 remanescentes foram retiradas pela polícia, na semana passada, por ordem judicial.

De início, os sem-terra hesitaram diante da inesperada oferta. Muitos que moram hoje na região canavieira conhecem bem os problemas do sertão: tangidos pelas

secas, vieram buscar emprego na Zona da Mata, que nesta época está difícil. Por esse motivo, eles viajam para as duas cidades, em companhia de diretores regionais do Incra, para observar as áreas que lhes foram oferecidas. Caso os trabalhadores resolvam se radicar em Cabrobó e Floresta, será a primeira vez que o Incra assentará colonos procedentes da Zona da Mata na região sertaneja. (JB, 04/07/89)

Grupos de extermínio ameaçam Bispo de Caxias

O bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, denunciou dia 8 que vem recebendo ameaça de morte desde a madrugada de quinta-feira, dia 6 quando um homem de voz cavernosa e usando palavrões telefonou para sua casa, avisando que ele seria "eliminado" por fazer a defesa de menores delinquentes da Baixada. Na manhã e tarde do mesmo dia, o homem voltou a ligar para a Diocese, repetindo a ameaça. Os últimos telefonemas foram atendidos por pessoa que trabalham na Catedral de Santo Antônio de Pádua. O da madrugada foi atendido pela irmã do bispo.

Dom Mauro responsabilizou o diretor do Departamento de Polícia da Baixada Fluminense, Henrique Pinheiro Alves, pelas ameaças. Segundo ele, com suas declarações à imprensa, Henrique praticamente autorizou os grupos de extermínio a atentarem contra sua vida. "Esse cidadão, que foi promovido para esse cargo há apenas alguns meses, está dando sinal verde aos grupos de extermínio para me atacarem. Se me acontecer alguma coisa, responsabilizo a ele e a pessoa que nomeou, o governador Moreira Franco", disse o bispo.

Em entrevista à revista francesa *L'Express*, publicada também pela *Isto É* em fevereiro último, Henrique Pinheiro Alves, então



D. Mauro

delegado titular da 59ª DP (Caxias), foi questionado sobre a existência de cemitérios clandestinos na Baixada. "São os comunistas do bispado que espalham essa mentira. Esse Dom Mauro Morelli que continue a fazer amor com suas ovelhas. Mas ele que se cale", disse o policial, que se refere a Dom Mauro como "babaca".

Para Dom Mauro, quando o diretor do Departamento de Polícia da Baixada declara à imprensa que "neste país não há crianças e sim monstros", deixa claro o seu pensamento em relação aos grupos de extermínio de menores, contra os quais o bispo vem lutando. "O que ele chama de monstros, são na minha concepção de ser hu-

mano, vítimas da sociedade. Nesse momento de agonia política que estamos vivendo, são os menores os que mais sofrem. É preciso que seja respeitada a cidadania dessas crianças, sejam elas negras, brancas ou amarelas".

O bispo disse ainda que não se justifica que, num município como Caxias, faltem vagas na rede escolar para 50 mil crianças. "Essas crianças vão acabar ficando pela rua, sem ocupação. Não é exterminando crianças que lhes damos condições para ser gente. É oferecendo educação, saúde e meios para levarem uma vida decente. Com suas ações, essas pessoas que formam os grupos de extermínio revelam que elas é que não são gente", afirmou Dom Mauro.

Dom Mauro Morelli enviou mensagem à CNBB, comunicando as ameaças de que foi vítima, e uma equipe da Diocese de Caxias registrou queixa na 59ª DP. O bispo também comunicou o fato ao prefeito Hidekel de Freitas, que prometeu tomar providências. Ele pediu ainda um esquema de segurança às autoridades para o 7º Encontro de Comunidades Eclesiais de Base que se realiza de 10 a 14 na Baixada. De acordo com Dom Mauro, as ameaças advertiam "que alguma coisa horrível poderia acontecer durante o encontro". (JB, 09/07/89)

CEBs iniciam em Caxias o 7º Encontro Nacional

A autonomia relativa das Comunidades Eclesiais de Base dentro da Igreja será um dos temas centrais do 7º Encontro Nacional das CEBs, que será realizado até o dia 14, em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense. Participam do encontro cerca de 2 mil militantes de CEBs, bispos, pastores evangélicos e convidados do exterior.

Entre os subtemas dos debates estarão o papel das CEBs diante da política partidária e das eleições, a solidariedade latino-americana, o diálogo ecumênico, a pastoral urbana e a situação dos negros no Brasil.

A escolha ou não de um secretariado executivo autônomo para as CEBs será o tema mais polêmico do encontro. Nos debates preparatórios, em todo o país, os leigos manifestaram-se majoritariamente a favor da autonomia relativa das CEBs no conjunto da igreja. Os bispos reagem, porém, contra essa autonomia, por considerarem que ela diminuiria a força das CEBs como uma nova maneira de ser para toda a Igreja". Os teólogos também têm opiniões divididas sobre este assunto.

Estão em Duque de Caxias os dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O encontro anterior foi em Trindade (GO) há três anos. O tema principal do encontro deste ano será "Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação". Os subtemas serão a eclesialidade (inserção na Igreja) das CEBs, a dimensão eclesial latino-americana e a "evangelização libertadora".

Dos participantes, 60% são leigos, 11% religiosos, 7% padres, 7% convidados de outros países, 6% evangélicos, 2% índios, 1% africanos, 2% assessores e 4% convidados, bispos e equipes de serviço. (FSP, 10/07/89)

No próximo número do ACONTECEU, veja a cobertura completa do 7º Encontro.